



Creusa Gomes <creusagomes@camarajaguariuna.sp.gov.br>

Fwd: Pergunta para Secretária de Finanças

1 mensagem

CMJ Imprensa <imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br>

18 de novembro de 2021 15:45

Para: Creusa Gomes <creusagomes@camarajaguariuna.sp.gov.br>

----- Forwarded message -----

De: <gfontanela@terra.com.br>

Date: qui, 18 de nov de 2021 15:44

Subject: Pergunta para Secretária de Finanças

To: <imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br>

Pergunta para a Secretária de Finanças e Pedido aos Vereadores

Na audiência anterior perguntei se as verbas destinadas a evolução funcional seriam objeto de rubrica específica no orçamento em cumprimento ao Estatuto dos Servidores, porém a secretária de finanças disse que, a nossa lei diz que o valor destinado a evolução funcional será mediante disponibilidade orçamentária e financeira.

Lendo o Estatuto dos Servidores, mais especificamente o Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos que vai do artigo 580 até o artigo 699, em nenhum momento a lei nos diz que os recursos que serão disponibilizados para evolução funcional serão mediante disponibilidade financeira e orçamentária e sim de acordo com previsão orçamentária.

Gostaria de perguntar a secretária o número da lei ou o artigo do Estatuto que nos diz que as verbas destinadas a evolução funcional serão mediante disponibilidade financeira e orçamentária?

Se essa lei não existir, o município deveria cumprir os artigos do estatuto dos servidores abaixo especificados:

Quadro Geral

Art. 593. A Evolução Funcional somente se dará de acordo com a previsão orçamentária de cada ano, que deverá assegurar recursos suficientes para, no mínimo:

I – Progressão Vertical de 10% (dez por cento) dos servidores de cada Grupo Ocupacional, a cada processo;

II – Progressão Horizontal de 20% (vinte por cento) dos servidores de cada Grupo Ocupacional, a cada processo.

§ 1º As verbas destinadas à Progressão Vertical e à Progressão Horizontal deverão ser objeto de rubricas específicas na Lei orçamentária.

Bombeiros e Guardas Municipais

Art. 628. Fica instituída a carreira única da Guarda Municipal e do Corpo de Bombeiro Civil Municipal, cuja evolução funcional se dará por Progressão Vertical ou Progressão Horizontal.

§ 1º A Evolução Funcional somente se dará de acordo com a previsão orçamentária de cada ano, que deverá assegurar recursos suficientes para a Progressão Horizontal de até 20% (vinte por cento) dos Guardas Municipais e de até 20% (vinte por cento) dos Bombeiros Civis Municipais, a cada processo de evolução funcional.

§ 2º As verbas destinadas às Progressões deverão ser objeto de rubricas específicas na Lei Orçamentária, até o limite de 1% (um por cento) da folha de pagamento da Guarda Municipal e do Corpo de Bombeiros Civil Municipal do ano anterior.

Educação

Art. 679. A Evolução Funcional somente se dará de acordo com a previsão orçamentária de cada ano, que deverá assegurar recursos suficientes para:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 075/2021

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTES DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE ao Projeto de Lei nº 075/2021.

Autoria: **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO.**

Relator: **ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal o Projeto de Lei nº 075/2021 estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2022.

A Constituição Federal, no artigo 165 assevera que:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

III - os orçamentos anuais.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

LIDO EM SESSÃO
DE 30 / 11 / 2021


PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 075/2021

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.”

Por outro lado, a Lei Orgânica do Município dispõe que:

“Art. 63 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

X – propor à Câmara Municipal projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública e operações de crédito.”

“Art. 99 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão, com observância dos preceitos correspondentes da Constituição Federal:

III - os orçamentos anuais.

§ 3º - O orçamento anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal da administração direta municipal, incluindo os seus fundos especiais;

II - os orçamentos das entidades de administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;

III - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 075/2021

IV - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculada, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.”

Ainda, o Regimento Interno desta Câmara Municipal afirma que:

“Art. 261 - Leis de iniciativa privada do Poder Executivo estabelecerão:

III - os orçamentos anuais.

§ 3º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - orçamento da seguridade social.”

No mérito, o projeto estima RECEITA e fixa DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2022.

Consta na propositura que o Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 2022, estima receita e fixa despesa em R\$ 469.437.000,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 075/2021

sete mil reais), da autarquia municipal Serviço de Água e Esgoto – SAE em R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS em R\$ 61.201.000,00 (sessenta e um milhões, duzentos e um mil reais), totalizando R\$ 530.641.300,00 (quinhentos e trinta milhões, seiscentos e quarenta e um mil e trezentos reais), que foram discriminados nos anexos da Lei.

Ademais, assevera que a receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações contidas no projeto.

O orçamento anual foi desdobrado em Administração Direta (Receitas Correntes e Receitas de Capital) e Administração Indireta (Receitas Correntes e Receitas de Capital). Também foi discriminado por Programa de Trabalho e Natureza da Despesa em Administração Direta, por funções de Governo, entre: Legislativo, Judiciária, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Indústria, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, Encargos Especiais e Reserva de Contingência. Bem como na Administração Indireta por funções do Governo por Saneamento.

Já por subvenções, na Administração Direta é dividida em Ação Legislativa, Ação Judiciária, Administração Geral, Administração Financeira,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 075/2021

Controle Interno, Comunicação Social, Policiamento, Defesa Civil, Assistência ao Idoso, Assistência a Criança e ao Adolescente, Assistência Comunitária, Previdência do Regime Estatutário, Atenção Básica, Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Alimentação e Nutrição, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Ensino Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Difusão Cultural, Infraestrutura Urbana, Serviços Urbanos, Transportes Coletivos Urbanos, Habitação Urbana, Saneamento Básico Urbano, Preservação e Conservação Ambiental, Promoção Industrial, Energia Elétrica, Desporto Comunitário, Encargos Especiais, Reserva de Contingência – RPPS e Reserva de Contingência. Já na Administração Indireta consta por subfunção Saneamento Básico Urbano.

Por outro lado, por categoria econômica, na Administração Direta e Indireta é dividido por Despesas Correntes, Despesas de Capital e Reserva de Contingência.

Também foi apartado por órgão da Administração – Poder Legislativo, a Câmara Municipal; e no Poder Executivo, dividido entre Secretaria de Gabinete, Secretaria de Governo, Secretaria de Administração e Finanças, Controle Interno, Secretaria de Negócios Jurídicos, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Mobilidade Urbana, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Serviços, Secretaria de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 075/2021

Planejamento Urbano, Secretaria de Saúde, Secretaria de Turismo e Cultura, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais. E, por fim, na Administração Indireta, por órgão da Administração foi disposto o Serviço de Água e Esgoto.

O presente Projeto de Lei foi protocolado na Câmara Municipal na data de 28 de setembro de 2021, obedecendo ao disposto no artigo 99-A, §3º, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, que rege com os seguintes termos:

Art. 99-A – (...)

§3º O projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA será encaminhado à consideração da Câmara, até 30 (trinta) de setembro de cada ano e devolvido para sanção do Executivo até o final da Sessão Legislativa.”

No mais, o projeto que institui a LOA foi lido na Sessão do dia 28 de setembro de 2021, bem como foi enviado à Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, em 29 de setembro de 2021 em correspondência ao artigo 262 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade também solicitou a convocação de Audiência Pública, tendo sido realizada na data de 11 e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 075/2021

18 de novembro de 2021, na qual foi dada ampla publicidade e transparência sobre o presente projeto.

Com este relatório, compete a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na forma prevista pelo art. 262, §2º, do Regimento Interno, examinar parecer sobre o projeto de lei em epígrafe.

Verifica-se que a presente proposta veio acompanhada de todos os requisitos necessários para sua discussão e votação.

Com estas considerações o Projeto de Lei nº 75/2021 é legal, conveniente e oportuno.

Portanto, favorável é o parecer, *ad referendum* do Plenário.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 30 de novembro de 2021.

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO

Presidente –Relator



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 075/2021


ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ
Vice – Presidente


VEREADOR FRANCISCO DE SOUZA CAMPOS
Secretário





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 075/2021, QUE DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2022.

Remaneja-se R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) do órgão Câmara Municipal – unidade 01.51 da dotação Manutenção das Atividades Legislativas – 01.51.02.01.031.0001.2001, cod. Ficha 10 – 33.90.39_00 – Outros Serviços Terceiros Pessoas Jurídicas e aloque-se na Secretaria de Saúde -02.14.01.10.301.0069.2508 na dotação Manutenção de Serviços de Saúde - 3.1.90.11.00- Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoa Civil, visando assim dar suporte orçamentário a Secretária de Saúde.

| REJEITADO | |
|------------|------------|
| Favoráveis | 2 |
| Contrários | 10 |
| Abstenções | - |
| 30/11/2021 | Presidente |

Jaguariúna, 29 de novembro de 2021



VEREADOR JOSÉ MUNIZ

LIDO EM SESSÃO
DE 30/11/2021
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública, para estudos das seguintes matérias: 1 Projeto de Lei nº 061/2021 do Executivo Municipal que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2022, e dá outras providências; 2 Projeto de Lei nº 075/2021 do Executivo Municipal Estima a Receita e fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2022, convocada através do Edital de Convocação nº 016/2021 datado de 28 de outubro de 2021, realizada no dia 01 de novembro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta cidade. Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Presentes os Srs. Vereadores; Ana Paula Espina de Souza Muniz, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos, José Alaercio de Toledo Lima Junior, José Muniz, Silvio Luiz Telles de Menezes e Walter Luis Tozzi de Camargo. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, trinta pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio. O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio, convidou os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Ana Paula Espina de Souza Muniz, Vice-Presidente; Francisco de Souza Campos, Secretário; convidou, ainda, a sra. Elisanita Aparecida de Moraes Secretária Municipal de Administração e Finanças, que faria explanações a respeito do projeto. A seguir, o Sr. Presidente explicou o procedimento para a realização da referida Audiência, e que tinha todo um ritual do Regimento Interno para ser seguido, dizendo que seria feita a leitura do Projeto; também que os Vereadores poderiam usar a palavra por cinco minutos, e que teriam que vir na tribuna, tendo a Secretária o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas e as pessoas presentes na Assembléia também poderiam usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia, a seguir, o senhor presidente determinou a leitura do Projeto de Lei nº 061/2021. Em seguida, a Sra. Secretária de Administração e Finanças teria vinte minutos para fazer a explanação a respeito do Plano Plurianual, demonstrando nos quadros expostos no telão. Terminada a explanação da Sra. Secretária, o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes fez uso da palavra perguntando quantos Guardas Municipais poderiam ser contratados; a sra. Secretária disse que todos quantos possíveis; o senhor Presidente disse que as



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



130

perguntas deveriam ser direcionadas para o foco daquela Audiência e que na próxima semana fariam outra audiência para demais assuntos. A seguir, o senhor Secretário de Esportes fez suas explanações sobre os projetos para o próximo ano, com o Orçamento estimado. A seguir, o Sr. Francisco questionou ao Secretário sobre o montante anual necessário para as despesas e investimentos; o Sr. Secretário disse que cumprindo todas as obrigações patrimoniais, restariam dois milhões, novecentos e cinqüenta mil para outros projetos e esperava fazer no próximo ano, em torno de sessenta por cento do Plano de Governo, e que o Azulão eles estavam trabalhando para reformar e modernizar em dois mil e vinte e um. A seguir, o Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo cumprimentou todos, parabenizou e questionando o senhor Secretário a respeito dos recursos do Governo Federal e Estadual que chegariam depois para investimentos, que teriam como buscar para que esses recursos externos chegassem no próximo ano; o senhor Secretário disse que estavam trabalhando junto ao Governo Estadual e Federal para ter uma boa demanda de verba para o Município e contava com o apoio de todos para aquela tarefa; o Sr. Francisco questionou se os dois milhões era o total que ele teria; o Sr. Secretário disse que o total eram sete milhões, quatrocentos e dezessete e explicou os valores que gastava com pagamentos, manutenções, transportes, materiais, enfim disse que era uma demanda bem grande que ele não conseguia detalhar; o senhor José Alaercio de Toledo Lima Junior cumprimentou todos e disse ter ficado clara a explicação do valor do Orçamento mas que qualquer outro investimento, como reformas, por exemplo, seria a partir de busca de investimento extra; o Sr. Secretário explicou que precisavam dos recursos de fora e iriam poupar os próprios, e a sra. Elisanita havia deixado o valor de quatrocentos e vinte mil do tesouro para os primeiros atendimentos do plano de governo. O Sr. Walter disse que todo recurso externo demandava contrapartida e vinha para completar o recurso do erário que era aplicado nos próprios e instalações. O Sr. José Muniz perguntou se dentro do Plano de Governo daquele Secretário estava incluído projetos para o próximo ano, para o Parque Serra Dourada, o do Florianópolis, a Praça do Imperial; o Sr. Secretário disse no Serra Dourada já haviam atividades acontecendo lá pós pandemia, citando várias atividades; no Florianópolis também era a mesma coisa e o Imperial era uma questão de logística e iriam implementar lá atividades; disse que tinham de tomar cuidado ao montar um projeto em determinado lugar por uma questão de logística, para não conflitar; o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes questionou sobre os refletores da Praça do Santo Antonio do Jardim e o Sr. Secretário disse que já havia disponibilizado os refletores e que a Fernanda estava cuidando daquilo; lembrou dos problemas com vandalismo naquela localidade e que tinham de fazer um trabalho conjunto para acabar com



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



aquela situação nos parques; o Sr. Francisco perguntou quais eram os projetos para os bairros Bom Jardim, Floresta e Santo Antonio do Jardim; o Sr. Secretário disse que as manutenções e iluminações estavam sendo feitas naquelas localidades, mas que infelizmente havia o vandalismo. A sra. Selma Nunes questionou sobre uniformes e ventiladores para freqüentadores do Parque Serra Dourada; comentou que lá estava tendo vandalismo e era muito complicado; o Sr. Secretário disse que todas aquelas melhorias estavam contempladas e que o COE instalou câmara lá para melhorar a segurança. A seguir, o Sr. Fabiano, Secretário de Negócios Jurídicos explanou sobre as despesas da sua Secretaria e falou dos precatórios, de condenações judiciais e pagariam até final do próximo ano. O Sr. Presidente perguntou quais eram os principais motivos das ações judiciais que geravam precatórios; o Sr. Secretário disse ser geralmente ações trabalhistas e indenizações; o Sr. Presidente perguntou se existia plano para combater os precatórios; o Sr. Secretário disse que adotaram a postura de corrigir e antecipar problemas, para não gerar aqueles tipos de problemas, evitando novas demandas; aqueles eram processos mais antigos. O Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior, perguntou qual seria a estimativa para dois mil e vinte e três; o Sr. Secretário disse que tinham algumas ações antigas com valores elevados, mas a tendência era cair. O Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo perguntou algumas das ações ou categorias que estariam recebendo precatório no próximo ano. O Sr. Secretário disse que não tinha de cabeça naquele momento, mas poderia fornecer posteriormente, porque eram públicas; o Sr. Walter perguntou se os vigilantes estariam incluídos naquelas ações; o Sr. Secretário disse não se lembrar. O Sr. Francisco de Souza Campos falou das diferenças de valores nos anos correntes e perguntou da possibilidade de remanejar valores para outra Pasta; o Sr. Secretário disse que não era possível e explicou o motivo; a seguir, o Sr. Pedro Ribeiro, questionou sobre o porque do não pagamento dos vales e cesta básica e da diferença na porcentagem da folha de pagamento; argumentando seu questionamento e o Sr. Presidente disse que havia informado que era para que todos se manifestassem apenas aos assuntos da pauta e que se os Secretários quisessem falar a respeito, ficassem a vontade para tal; o Sr. Secretário esclareceu as dúvidas do Sr. Pedro Ribeiro, discorrendo sobre os pontos por ele apontados; em seguida, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo discorreu sobre a freqüência da fiscalização daquele legislativo sobre os atos do Poder Executivo, dizendo que ele participou de diversas audiências naquela Casa e discorreu sobre os direitos dos cidadãos em todos os papeis da sociedade; em seguida, o Sr. Afonso Lopes da Silva disse que a Casa sempre teve um papel ativo, mesmo tendo atribuições que não era da Casa; comentou que sempre a Casa teve contribuição ativa em relação aos servidores públicos, para que sempre houvesse



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



entendimentos positivos; teceu diversos comentários sobre a contribuição da Câmara para com todos os servidores. O Sr. José Muniz falou sobre todas as reuniões que participou em todos os anos, do Sindicato junto ao Executivo, lembrando das reivindicações e sucesso nas negociações e disse estar lá para ajudar no que possível para o melhor para todos. O Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior lembrou que trinta por cento dos vereadores da Casa eram funcionários públicos também e estavam abertos e vigilantes sempre, se colocavam a disposição dos funcionários sempre, como sempre aquele Legislativo esteve. O Sr. Francisco de Souza Campos solicitou ao Sr. Secretário para exemplificar o que estava sendo feito sobre os processos e o Sr. Secretário respondeu que estavam trabalhando para resolver todos os problemas e que as questões mais polemicas do Estatuto haviam sido resolvidas cinco anos atrás e os Departamentos da Prefeitura trabalhavam para sempre melhorar a qualidade dos serviços prestados, para atender cada vez melhor o servidor e a população; comentou também dos últimos cinco dissídios que resultaram em acordos; explanou sobre processos licitatórios e disse que o caminho estava sendo melhor aproveitado, com as medidas que diariamente adotavam. A sra. Sirlene Aparecida Casagrande perguntou se não estava a hora da prefeitura começasse a fazer os trabalhos direito e justificou seu questionamento, perguntando e justificando também, sobre a evolução de carreira do funcionalismo; o Sr. José Muniz perguntou qual era o setor de trabalho dela e ela disse que preferia não dizer. O Sr. Secretário do Jurídico teceu comentários sobre a readaptação de funcionários, explicando os detalhes para a conclusão do processo; disse também que não tinha conhecimento de ninguém que não havia recebido o benefício e que ela o procurasse para que ele pudesse ajudar; falou também, sobre as horas extras, citando os antigos problemas e as melhorias na questão; teceu falas sobre a Secretaria de Recursos Humanos e buscou ser o mais claro nas dúvidas da cidadã, sra. Sirlene. O Sr. Luiz Carlos falou das dificuldades que o Sindicato tinha em receber respostas do Departamento Jurídico da Prefeitura e citou de casos que já foram pontuados e de documentos desde dois mil e vinte que até aquele momento não recebeu respostas; comentou sobre o assunto da demora das respostas e se disse indignado por ouvir que o Jurídico estava atendendo todas as demandas; teceu vários comentários a respeito do assunto e perguntou se teriam respostas do Departamento Jurídico da prefeitura sobre seus questionamentos. O Sr. Presidente pediu para que a resposta fosse breve porque o assunto fugia do objetivo daquela Audiência. e o Sr. Fabiano explicou a dinâmica dos documentos que chegam ao seu Departamento e disse que alguns ele ainda não tinha conhecimento mas, que procurava resolver e responder tudo o que fosse de sua competência. A seguir, a sra. Secretária de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



133

Saúde discorreu sobre o Orçamento da sua Pasta, detalhando sobre os contratos lá existentes; comentou também sobre os projetos previstos para o próximo ano, ressaltando sobre a entrega da ressonância magnética; a construção das duas Unidades Básicas de Saúde Vargeão e Santo Antonio do Jardim, e outras manutenções, mantendo as demais despesas. O Sr. Presidente perguntou sobre a questão de consultas para ginecologistas e oftalmologistas, o que a Secretária tinha planejado para suprir aquelas demandas e a sra. Secretária explicou sobre os problemas, ressaltando o momento Pandemia, que tudo ficou ainda mais difícil; discorrendo sobre os próximos planos para melhorias. O Sr. Afonso Lopes da Silva comentou sobre a inauguração das novas UBSs ara se atentarem sobre o custeio dos projetos e cito quatro UBSs Reserva da barra, Nassif, Santo Antonio do Jardim e Vargeão; a sra. Secretária falou da busca por recursos externos para poder construir todas as Unidades. O Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes perguntou sobre médico neuropediatra e a causa animal; e a Sra Secretária respondeu que o neuropediatra já havia começado trabalhar no ano corrente e a causa animal estava sendo mantido os serviços com novos atendimentos de especialidades e outros projetos que fariam parte nos próximo ano; o Sr. Silvio Telles de Menezes falou sobre aprovação do programa "Meu Pet" que era um investimento do Governo Federal; a sra. Secretária disse que não tinha o valor ainda. O Sr. Francisco de Souza Campos questionou sobre o teleatendimento e tecendo comentários sobre o processo; a sra. Secretária falou iriam trabalhar no próximo ano com recursos para informatizar todas as Unidades, falou de apoio da USP e outros projetos que estavam trabalhando naquele sentido, do teleatendimento; o Sr. Francisco falou da causa animal e do Xodó do Bicho; a sra. Secretária disse que a ONG Xodó de Bicho recebia oito mil reais por mês. O Sr. Afonso falou do teleatendimento ser somente para sintomas de COVID e eles tinham de entender como funcionava. O Sr. José Alaércio de Toledo Lima Junior falou das vantagens da telemedicina e exemplificou várias situações positivas; questionou sobre o relacionamento da hospital com a FAJ; a sra. Secretária disse que o Hospital tinha um convenio com a FAJ e explicou a característica e metodologia do mesmo; Sr. José Alaercio perguntou se existia contrapartida da FAJ para o Município e ela disse que não, explicando a situação; o Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo perguntou se havia sobre desativar a Unidade de Campanha e qual estratégia adotariam para a demanda reprimida; a sra. Secretária respondeu a respeito da Unidade de Campanha que ainda estavam monitorando; teceu outros comentários sobre a COVID, as dúvidas sobre o próximo ano e disse do planejamento feito para o próximo ano sobre a demanda reprimida. O Sr. Wilian Barbosa do Morrinho questionou sobre o o Programa Melhor em Casa, discorrendo sobre ele; falou da batalha por médicos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



especialistas e da possibilidade de terem credenciamento de clínicas, justificando seu questionamento; falou sobre a ressonância; falou das UTIs e questionou a respeito delas; a sra. Secretária respondeu pontualmente todos os questionamentos feitos pelo sr. Wilian, exemplificando e explicando detalhadamente todos os assuntos; o Sr. Wilian fez novos questionamentos sobre a equipe do Melhor em Casa e a sra. Secretária continuou respondendo detalhadamente cada pergunta a ela dirigida. Em seguida, a senhora Vanessa, munícipe participante, perguntou sobre planejamento para a causa de proteção animal, se haveria alguma verba para aquele programa; a sra. Secretária de Saúde respondeu discorrendo sobre o assunto, dizendo que estava previstas ações para a causa referida. A seguir, o Sr. Lucio Tomasiello, Secretário da Pasta de Desenvolvimento Econômico e Social explicou sobre as verbas da sua Pasta e sobre os projetos para o próximo ano. O senhor presidente teceu comentários a respeito da importância da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Sr. Secretário continuou falando sobre os planos para o próximo ano. A sra. Secretária de Finanças comentou sobre a ETEC e o interesse do Município sobre ela. O Sr. Francisco de Souza Campos questionou se havia faltado projetos daquela Secretaria para serem concluídos e o senhor Secretário respondeu prontamente; o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior falou do peso daquela Secretaria e comentou dos postos abertos por ela, de trabalho na cidade; o senhor Secretário explicou a demanda; o Sr. José Alaercio questionou assuntos sobre a ETEC; o Sr. Secretário respondeu todas as dúvidas a respeito da ETEC. O Sr. Wilian Barbosa do Morrinho também questionou sobre cursos da ETEC e o Sr. Secretário continuou as explicações a respeito das questões apresentadas. O Sr. Walter Luiz Tozzi de Camargo perguntou sobre previsão de trazer novas indústrias para o Município com vagas específicas de mão de obra local; e o Sr. Secretário explicou toda a dinâmica para trazer novas indústrias na cidade e do interesse, preocupação e estratégia da Administração sobre o assunto. O Sr. Walter falou sobre a aprovação da lei do 5G no Município e perguntou da importância daquela negociação. O Sr. Secretário respondeu positivamente a respeito do assunto, agradecendo a aprovação. O Sr. Afonso Lopes da Silva falou sobre a ETC e os Estagiários e o Sr. Secretário também teceu comentários a respeito dos assuntos, esclarecendo dúvidas. A sra. Secretária de Finanças também teceu comentários a respeito dos gastos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O senhor José Muniz falou sobre as condições de desemprego na cidade, enfatizando a quantidade de indústrias no Município e questionou se as Secretarias lá presentes, estavam pensando e planejando novas possibilidades de vagas de empregos para a população, no próximo ano, tendo em vista o aumento do desemprego no Município



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



e de que forma a Secretaria iria ajudar o comércio da cidade. O Sr. Secretário explicou seu entendimento, as intenções da sua Secretaria e os futuros projetos. O Sr. José Muniz continuou falando sobre as empresas que estavam tentando se instalar no Município e encontravam dificuldades e fez perguntas para esclarecer os fatos. O Sr. Secretário explicou as dificuldades para as empresas se instalarem e o que a Secretaria estava fazendo para auxiliar nas questões específicas. O Sr. Walter juntamente com o senhor Secretário comentaram das responsabilidades dos Governos Federal e Estadual nas dificuldades apresentadas nos assuntos discutidos naquele momento sobre as instalações das empresas no Município. O Sr. Secretário junto ao Sr. José Muniz continuou discorrendo sobre o assunto das empresas, as dificuldades de emprego no município e as possíveis soluções. O Sr. Presidente teceu comentários sobre a retomada econômica na cidade, exemplificando problemas, no ponto de vista dele. O Sr. Walter citou seu ponto de vista sobre aquele contexto. O Sr. Presidente continuou seu raciocínio para melhorar as condições sobre o assunto. O Sr. Secretário também expos seu ponto de vista; o Sr. Afonso Lopes da Silva falou das dificuldades e características de algumas empresas para contratação de mão de obra. O Sr. Secretário disse que o Sr. Afonso comentou sobre a fala do Sr. Afonso e das dificuldades da vinda do Corpo de Bombeiros para a cidade. O Sr. Walter pediu para que no próximo ano fizessem melhorias para o investidor e empreendedor do Município. O Sr. Nelson representando a Secretaria de Educação teceu comentários sobre a sua Secretaria e sobre as intenções para o próximo ano com o Orçamento vindouro. O Sr. Presidente questionou sobre o que mais consumia a Receita da Educação, quanto sobrava e as demandas da Secretaria. O Sr. Secretário respondeu a contento a questão. O Sr. Walter perguntou sobre os projetos registrados pelo Sistema CICONVI, PAR, FNDE e o Sr. Secretário respondeu a contento, justificando cada questão, inclusive sobre recursos Estaduais na área da Educação. O Sr. Walter perguntou sobre a tratativa do dissídio do professor e a Sra. Secretária teceu vários comentários sobre a questão, respondendo o questionamento do vereador. O Sr. Walter falou sobre a verba aprovada na Casa para o FUNDEB e a Sra. Secretária comentou a respeito do assunto esclarecendo dúvidas. O Sr. Afonso Lopes da Silva falou sobre a Escola Amiga e como estavam as discussões para retomar do projeto; o Sr. Secretário respondeu dentre vários comentários, que já estava no planejamento a retomada do projeto. O Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes perguntou sobre o poder da Secretaria da Educação, quanto a segurança acessibilidade, transporte do aluno, dentro outras condições e o Sr. Secretário respondeu pontuando cada questionamento; o Sr. Silvio Menezes, sugeriu algumas opções de melhorias para tais dificuldades e o Sr. Afonso e a sra. Secretária também



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



comentaram a respeito do assunto. O Sr. Presidente questionou sobre a previsão de um milhão e meio e a sra. Secretária disse ser do transporte escolar; o Sr. Presidente perguntou sobre o consórcio com o SEBRAE e o Sr. Carlos, também representante da Secretaria de Educação respondeu a contento a questão. A seguir, a sra. Silvia, Diretora Administrativa, representante da Secretaria de Assistência Social teceu comentários sobre sua Secretaria e os planos de Governo para o próximo ano. O Sr. Presidente perguntou da implantação de CRAS para o próximo ano e a sra. Diretora respondeu que sim, dentre outros comentários de revitalização dos já programas já existentes. O Sr. Presidente perguntou da interligação da Assistência Social com o Fundo Social e a sra. Diretora respondeu sobre o assunto, exemplificando a situação. O Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior questionou sobre localização da Casa e ela respondeu não haver o local, ainda, e ele perguntou sobre a construção do CRAS e contratação de pessoal para ele no Orçamento, ela respondeu todos os questionamentos naquele sentido, e ele falou sobre o convenio da Casa de Acolhimento no Berlim, ela disse não existir o convênio, ainda, falando mais do assunto. O Sr. Presidente perguntou sobre captação de recursos para aquelas entidades e ela disse que estavam estudando meios. O Sr. Walter falou do projeto apresentado na Casa sobre regularizar o corredor de comércios e serviços vetado pelo Executivo e acatado e no Plano Diretor esperava regularizar; falou da Casa de Colhimento e dos compromissos que todos tinham com ela. O Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior falou das reclamações recebidas pelo barulho naquela Casa e, o Sr. Walter questionou a Sra. Diretora sobre o microônibus para Sistema de Assistência Social nos bairros e os riscos eminentes sobre as situações que afetavam a vida social e dignidade humana e a Sra. Diretora respondeu todas as questões pontuando cada uma delas. O Sr. Walter teceu comentários sobre a solidariedade daquela Casa nas questões que lhe fossem possíveis para auxiliar aquela Secretaria. O Sr. Afonso Lopes da Silva falou sobre as mudanças daquela Secretaria para feitura de repasses, pela insegurança que gerava da forma como era feita. A sra. Diretora juntamente com a sra. Diretora de Finanças comentaram sobre a lei em questão, esclarecendo as intenções e todo o processo de proteção de dados do cidadão. O Sr. Afonso falou sobre apressar a lei, justificando seu pedido. O Sr. Presidente comentou sobre pergunta feita on line para a Sra. Secretária de Finanças, sobre verbas destinadas em progressão horizontal e vertical para aquela Secretaria, justificando a devida pergunta e a sra. Secretária respondeu toda a pergunta, detalhando suas explicações. O Sr. Silvio Luiz comentou também a respeito das veras e ela continuou sua explanação. O Sr. Presidente também falou sobre o Orçamento sobre mais algumas questões daquela Secretaria sobre melhorias, e a sra.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Secretária explicou sobre o certificado digital, dentre outros processos que estavam tramitando no sistema. O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, tecendo comentários sobre a importância daquela Audiência. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A Ata será anexada aos Processos nº 117 e 142/2021, juntamente com CD contendo gravação da referida Audiência Pública.

Vereador Eriyelton Marcos Proêncio
Presidente

Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz
Vice-Presidente

Vereador Francisco de Souza Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública, para estudos das seguintes matérias: 1 Projeto de Lei nº 061/2021 do Executivo Municipal que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2022, e dá outras providências; 2 Projeto de Lei nº 075/2021 do Executivo Municipal Estima a Receita e fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2022, convocada através do Edital de Convocação nº 016/2021 datado de 28 de outubro de 2021, realizada no dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta cidade. Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Presentes os Srs. Vereadores; Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos, José Alaercio de Toledo Lima Junior, José Muniz, Romilson Nascimento Silva, Silvio Luiz Telles de Menezes, Walter Luis Tozzi de Camargo e Wanderley Teodoro Filho. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, quarenta pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio. O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio, convidou os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs: Francisco de Souza Campos, Secretário; convidou, ainda, a sra. Elisanita Aparecida de Moraes Secretária Municipal de Administração e Finanças, que faria explanações a respeito do projeto. A seguir, o Sr. Presidente explicou o procedimento para a realização da referida Audiência, e que tinha todo um ritual do Regimento Interno para ser seguido, dizendo que seria feita a leitura do Projeto; também que os Vereadores poderiam usar a palavra por cinco minutos, e que teriam que vir na tribuna, tendo a Secretária o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas e as pessoas presentes na Assembléia também poderiam usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia, a seguir, o senhor presidente determinou a leitura do Projeto de Lei nº 061/2021. Em seguida, a Sra. Secretária de Administração e Finanças teria vinte minutos para fazer a explanação a respeito do Plano Plurianual, demonstrando nos quadros expostos no telão. Terminada a explanação da Sra. Secretária, o Sr. Perguntou se alguém tinha alguma pergunta sobre a Dívida Ativa do Município e falou sobre o valor reservado que não foi utilizado para compra de vacinas e a sra. Secretária disse que foi usado para

1 fsc



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

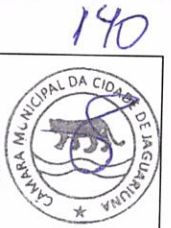


aditamentos para o Hospital Municipal, explicando os gastos daquela Entidade. O Sr. José Muniz questionou sobre o FINISA e a sra. Secretária explanou sobre a questão; também questionou sobre o FINISA, o Sr. Presidente, que foi prontamente, por ela respondido. A seguir, a sra. Secretária Municipal de Obras e Serviço explanou sobre o Orçamento da sua Pasta e o Sr. José Muniz perguntou sobre a iluminação do Florianópolis, e a sra. Secretária respondeu, argumentando todos os detalhes dos recursos, dificuldades e projetos; o Sr. José Muniz continuou sua fala argumentando sobre o problema da iluminação daquele bairro e a sra. Secretária seguiu comentando a respeito, inclusive falaram sobre o empréstimo feito para o asfaltamento de lá. O Sr. Francisco de Souza Campos perguntou sobre os impactos da parceria público privada quando não fizesse mais os trabalhos, e a sra. Secretária respondeu prontamente a questão; o Sr. Francisco questionou sobre recursos para iluminação de led, e ela atendeu o questionamento a contento e continuou sua explanação. O Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior perguntou da possibilidade de haver uma usina de asfalto no Município e ela respondeu sobre o assunto, discorrendo exemplos e justificativas. O Sr. Presidente perguntou sobre a poda do galho e a sra. Secretaria esclareceu o assunto e seguiu sua explanação. O Sr. Afonso Lopes da Silva falou sobre as questões que falavam determinados assuntos que no conhecimento dele estava ligado a uma ou outra Secretaria e disse que aquilo estava gerando confusão nas informações e o Sr. Presidente estendeu seus comentários e questionamentos no mesmo assunto; a sra. Secretária respondeu, esclarecendo as duvidas deles. O Sr. Francisco de Souza Campos questionou sobre o Orçamento da Secretaria de Obras se seria suficiente para tudo e a sra. Secretária respondeu a contento a questão; entram nos comentários e questionamentos o Sr. Presidente, o Sr. José Alaércio de Toledo Lima Junior e a sra. Secretária de Finanças. A seguir, o Sr. Presidente fez a leitura de pergunta do munícipe, Cleber sobre trajeto do ônibus no BR. Floresta e limpeza dos Parques; a sra. Secretária respondeu sobre ambas as questões. A seguir, o Sr. Cleber Eduardo da Silva, discorreu sobre o bairro Floresta, enumerando as dificuldades lá existentes e questionando as soluções e a sra. Secretária respondeu todas as perguntas por ele feitas. A seguir, a cidadã, sra. Sirlene Aparecida Casagrande questionou a Secretária de Obras quando a prefeitura iria iniciar e terminar a limpeza dos resíduos ou entulhos constantes no Obras, ETE e a sra. Secretária respondeu prontamente as questões elaboradas pela cidadã; em seguida, o Sr. João Rodrigues dos Santos perguntou sobre possíveis irregularidades no loteamento Águas do Jaguari, justificando seu questionamento; perguntou também sobre compra de substrato; e a sra. Secretária respondeu o que lhe era devido pela Pasta. O Sr. Francisco de Souza Campos perguntou sobre os



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



novos projetos da Secretaria e a sra. Secretária respondeu a contento todas as questões até aquele momento. O Sr. Presidente apresentou pergunta sobre o valor do FUNDEB e respondeu a mesma. A seguir, a sra. Secretária frisou que a Secretaria de Obras estava a disposição de todos. A seguir, a sra. Débora Diretora do Controle Interno Municipal explanou o papel daquele Departamento dentro da Prefeitura. O Sr. Presidente explanou sobre a eficiência da Ouvidoria, elogiando o setor. O Sr. Francisco Sou Campos e José Alaercio de Toledo Lima Junior questionaram sobre a prestação de contas do Departamento de Controle Interno e a sra. Debora e sra. Secretária Municipal de Finanças explicaram a dinâmica do mesmo. O Sr. Presidente complementou sobre o assunto dos relatórios e a Sra. Secretária continuou as explicações. O Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes questionou como o Controle Interno se manifestava quanto a fiscalização e quanto ao armamento, acondicionamento e outras questões quanto a segurança pública de munições e a sra. Debora respondeu prontamente as questões. O Sr. Presidente questionou sobre quantidade de pessoal no Departamento e foi informado por ela. O Sr. Francisco de Souza Campos comentou sobre a diferença do trabalho de ouvidoria entre vereador e ouvidoria e debateu sobre o assunto com a sra. Debora. A seguir, a sra. Secretaria de Obras voltou ao púlpito para complementar uma questão do Sr. Cleber referente a manutenção do parques. Em seguida, o Sr. Secretário de Segurança Pública Edgard Mello do Prado Filho, explanou sobre sua Secretaria. O Sr. Presidente questionou sobre os projetos de investimento daquela Secretaria para o próximo ano e o Sr. Secretário falou das armas que haviam chegado na Secretaria e explanou sobre esse assunto e projetos futuros; o Sr. Presidente questionou o que seria possível fazer no próximo ano com o dinheiro que foi destinado para aquela Secretaria e se havia alguma prioridade e o Sr. Secretário disse da prioridade em contratar Guardas Municipais; o Sr. Afonso Lopes da Silva falou da lei contra roubos de fios e o Sr. Secretário elogiou a lei e discorreu sobre a questão. O Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes falou sobre a demanda da Guarda Municipal e questionou sobre o efetivo, o qual foi prontamente respondido pelo Sr. Secretário; o Sr. Silvio continuou suas indagações a respeito da GM e o Sr. Secretário novamente respondeu as questões, discorrendo sobre o fato. A sra. Secretária de Finanças também complementou na resposta sobre a GM e o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes falou da demanda e dos custos e a Sra. Secretária de Finanças continuou sua fala esclarecendo as questões; o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes questionou sobre a ronda rural, patrulha Maria da Penha, patrulhamento de moto, escolar, se houve planejamento e falou das denúncias e dificuldades, exemplificando cada tópico; e o Sr. Secretário respondeu todos aqueles questionamentos com clareza. O Sr. Presidente sugeriu mais uma audiência



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



pública para falarem sobre segurança. A seguir, o Sr. Adriano Representante da Secretaria de Cultura e Turismo explanou sobre a Secretaria. O Sr. Presidente questionou sobre os custos da Secretaria e os planos da mesma pra o próximo ano, e o Sr. Adriano discorreu sobre o assunto e o Sr. Presidente questionou sobre os gastos da Secretaria e foi prontamente respondido. O Sr. Presidente discorreu sobre o plano de Governo da Secretaria de Cultura, conforme planilha em mãos e perguntou ao Sr. Adriano sobre quais os planos para o próximo ano e o mesmo respondeu cada pergunta a ele direcionada. O Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior questionou sobre o Centro de Eventos e o Sr. Adriano lhe responde de pronto, falando um pouco sobre o roteiro turístico; o Sr. Presidente comentou sobre a ausência da Secretária de Cultura naquela audiência. O Sr. Afonso Lopes da Silva discorreu sobre a Maria Fumaça e questionou sobre aquele atrativo turístico e o Sr. Adriano comentou a respeito. O Sr. Presidente falou sobre o dia da consciência negra e o filme do Mariguela que iria passar no teatro e fez questionamentos sobre custos da Secretaria da Cultura sobre apresentar o filme no teatro; e o Sr. Adriano e a Sra. Secretária de Finanças comentou a respeito e o Sr. Presidente comentou sobre não existência de relação entre o filme e a consciência negra; vários comentários dele foram feitos a respeito do assunto e o Sr. José Alaercio de Toledo Lima disse da importância da Cultura e Turismo e da Saúde para ele e falou sobre seu interesse para saber dos planos futuros daquela Secretaria; o senhor presidente continuou questionando sobre as obras relacionadas ao Turismo e o Sr. Adriano disse não ter uma resposta a respeito naquele momento; o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo falou sobre estimativa de valor para convênios daquela Secretaria e a Sra. Elisanita prontamente respondeu a questão, justificando cada valor; o Sr. Walter continuou questões sobre custos e o Sr. Adriano disse que levaria posteriormente as respostas; a Sra. Elisanita, no entanto, respondeu as questões. O Sr. Walter questionou sobre decoração natalina e ela também respondeu. A seguir, o Sr. Francisco de Campos Souza falou da construção da arena e do ganho cultural dela; o Sr. Adriano disse que responderia posteriormente; o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior, questionou sobre previsão para o carnaval e o Sr. Adriano não tinha previsão de nada sobre ele. O Sr. José Muniz perguntou sobre a licitação de iluminação de natal na cidade; e a sra. Secretária respondeu a ele; o Sr. José Muniz continuou expondo suas dúvidas, e a sra. Elisanita argumentou todos os pontos. O Sr. Afonso Lopes da Silva colocou seu ponto de vista a respeito daquela questão. O Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes comentou que o filme não havia sido pago. A seguir, o Sr. Marcos R. Silva Barroso, cidadão inscrito naquela audiência disse que estava lá para informar o papel do Mariguela no movimento negro, discorrendo sobre o assunto. O Sr. José Alaercio



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



de Toledo Lima Junior também discorreu sobre a questão; juntamente com o Sr. Presidente desatacando figuras importantes para serem homenageados. A seguir, a sra. Secretária de Meio Ambiente, Rita Bergamasco, explanou sobre os trabalhos da sua Pasta. O Sr. Presidente perguntou sobre projeto de logística reversa e exemplificou a questão e a sra. Secretária respondeu com clareza a questão. O Sr. Afonso Lopes da Silva falou sobre as obras para aumentar fornecimento da água e questionou sobre o fato, e a sra. Secretária esclareceu as questões. A seguir, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo falou sobre a barragem construída no rio Camanducaia e dos problemas de energia junto a CPFL, bem como sobre as ETAs, e a sra. Secretária se pronunciou a respeito, esclarecendo questões; o Sr. Elton fez uso da palavra discorrendo sobre a ETA 6 e o Sr. Walter falou sobre valor do FINISA, sendo que o Sr. Elton prontamente respondeu; a seguir, o Sr. José Muniz perguntou sobre a folha de pagamento referente aos trinta milhões gastos e a Sra. Secretária, mais uma vez foi respondeu prontamente, inclusive sobre os valores gastos com encargos, perguntado pelo Sr. Presidente; o Sr. José Muniz continuou seu questionamento e a Sra. Secretária explanou sobre as questões das obras previstas e gastos com as mesmas. O Sr. Presidente disse ser um forte defensor do PPP e justificou seu ponto de vista. O Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes falou sobre seu questionamento sobre loteamentos aprovados e se colocou a disposição para ajudar aquela Secretaria em todo possível; a sra. Secretária continuou seu pronunciamento. O Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior falou sobre a correção de perda de água e argumentou a respeito e a sra. Secretária também falou sobre o assunto. A seguir, o Sr. Secretário de Planejamento Urbano, Romulo Augusto Arsufi Vigato respondeu a uma pergunta feita anteriormente sobre o acesso ao Residencial Águas do Jaguar; a seguir, falou sobre o plano de governo e do Orçamento da sua Pasta, esclarecendo dúvidas do Sr. Presidente. A seguir, o Sr. Presidente fez a leitura de questionamentos enviados por email à Casa, referentes construções da nova prefeitura, do terminal rodoviário municipal, rodoshopping e diversas pavimentações e recapeamentos em diversos bairros da cidade, dentre outras tantas perguntas referentes às melhorias municipais; o Sr. Secretário respondeu todas as questões, pontuando cada uma delas. Após, o Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo comentou sobre o Plano Diretor e a dinâmica das audiências públicas feitas nos bairros, e falou da importância do departamento de convênios daquela Secretaria, explanando sobre ele e sobre a ampliação da equipe técnica para o próximo ano; o Sr. Secretário comentou a contento a respeito do assunto. Em seguida, o Sr. Secretário de Mobilidade Urbana, Josino José da Silva uso a palavra para discorrer sobre sua Pasta; primeiramente pedindo desculpas ao vereador Cristiano José Cecon, por motivos específicos. O Sr. Presidente o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



parabenizou pela atitude. Em seguida, o Sr. Secretário, explanou sobre o Orçamento da Secretaria de Mobilidade Urbana e os contratos daquela Secretaria; explanou também sobre a PRODESP; o Sr. Presidente destacou a importância do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e questionou a respeito, assim também sobre a revisão do Plano Municipal de Mobilidade Urbana e contratação de engenheiro de tráfego ou consultoria sobre o assunto; dentre outros questionamentos para aquela Pasta; o Sr. Secretário respondeu todos os questionamentos; o Sr. Presidente perguntou sobre os projetos para o próximo ano e o Sr. Secretário, mais uma vez discorreu sobre cada pergunta, detalhando explicações. O Sr. Afonso Lopes da Silva comentou sobre detalhes da criação da Secretaria de Mobilidade Urbana e a sra. Secretária de Finanças explanou sobre o assunto, dentro do que ela participou no momento da criação; o Sr. Secretário concluiu esclarecer as demais dúvidas sobre a questão. Em seguida o Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo falou sobre contrapartidas do Supermercado Antoneli que foi para aquela Secretaria e quais eram os valores para a cidade; perguntou sobre a rotatória da UPA, o que estava sendo planejado para aquele local; o Sr. Secretário respondeu as duas questões, esclarecendo os detalhes da situação. O Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes perguntou qual veículo estava locado na Secretaria de Mobilidade Urbana e o Sr. Secretário respondeu detalhando a questão; o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes questionou sobre tecnologia de informação e recebeu resposta do Sr. Secretário, auxiliado pela sra. Secretária. O Sr. Presidente perguntou sobre a obra da UPA para o próximo ano e o Sr. Secretário lhe respondeu; o Sr. Presidente perguntou sobre valor de verba para o próximo ano se seria suficiente e o Sr. Secretário comentou detalhando seus projetos. Naquele momento houve uma troca de diálogos entre presidente e Secretário, sobre diversos assuntos do trânsito e da educação no trânsito. A seguir, a sra. Tânia Candozini Russo, que discorreu sobre o Jaguar Prev; havendo comentários da Sra. Secretária de Finanças. O Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo perguntou sobre o CRP e a sra. Tânia lhe respondeu prontamente. A sra. Secretária de Finanças também discorreu sobre o assunto. O Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior falou do bloqueio de repasse das verbas e falou das obras que continuavam funcionando e a Sra. Secretária de Finanças explicou a situação. O Sr. Rogério do Bairro Floresta, cidadão morador do Bairro Santo Antonio do Jardim explanou sobre muitos dos problemas daqueles bairros e perguntou sobre o planejamento das melhorias naquela região, cobrando ações concretas a respeito. O Sr. Presidente solicitou para que as Secretarias dessem respostas a todos daqueles bairros e falou das mudanças com novas informações fazendo parte nas guias do IPTU no próximo ano. A sra. Secretária de Meio Ambiente respondeu os questionamentos

fsc



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



do Sr. Rogério. Em seguida, a sra. Secretária de Obras também fez suas explanações sobre as questões do Sr. Rogério. Em seguida, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, tecendo comentários sobre a importância daquela Audiência e da presença de todos os vereadores acompanhando até o final aquela audiência. Em seguida, a sra. Sirlene Aparecida Casagrande comentou sobre a questão de sua readaptação, tecendo comentários a respeito da sua fala na audiência passada e teceu alguns comentários sobre o Plano Diretor, quando o Sr. Presidente disse que aquele não era o momento de falar do Plano Diretor, o qual ela entendeu perfeitamente; a sra. Sirlene teceu sobre as dificuldades de tratar assuntos quando informam que cada assunto pertence a uma Secretaria específica e o Sr. Presidente explicou sobre as maneiras de entender a questão, justificando seu ponto de vista; a sra. Sirlei pediu para que os vereadores observassem melhor a distribuição de verbas e justificou seu pedido e a sra. Secretária de Finanças, complementada pelo Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, respondeu as dúvidas da sra. Sirlei. O Sr. Presidente destacou sobre a importância da presença da população nas audiências públicas e a sra. Secretária de Finanças explicou sobre as despesas com pessoal, detalhando e exemplificando cada item a ela questionado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A Ata será anexada aos Processos nº 117 e 142/2021, juntamente com CD contendo gravação da referida Audiência Pública.

Vereador Erivelton Marcos Proêncio
Presidente

Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz
Vice-Presidente

Vereador Francisco de Souza Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 075/2021.

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2022.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc...

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 2022, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R\$ 469.437.000,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e sete mil reais), da autarquia municipal Serviço de Água e Esgoto – SAE em R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS em R\$ 61.201.000,00 (sessenta e um milhões, duzentos e um mil reais), totalizando R\$ 530.641.300,00 (quinhentos e trinta milhões, seiscentos e quarenta e um mil e trezentos reais), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Art. 2º A RECEITA será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo 2 da Lei Federal nº 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| RECEITAS CORRENTES | R\$ 518.875.000,00 |
|---|---------------------------|
| Receita Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | R\$ 96.270.000,00 |
| Receita de Contribuições | R\$ 13.731.000,00 |
| Receita de Contribuições - Intra-orçamentária | R\$ 16.050.000,00 |
| Receita Patrimonial | R\$ 25.682.997,00 |
| Receita Industrial | R\$ 102.000,00 |
| Receita de Serviços | R\$ 17.162.000,00 |
| Transferências Correntes | R\$ 396.122.603,00 |
| (-) Deduções de Transferências Correntes | -R\$ 63.420.600,00 |
| Outras Receitas Correntes | R\$ 6.725.000,00 |
| Outras Receitas Correntes - Intra-orçamentária | R\$ 10.450.000,00 |

| RECEITAS DE CAPITAL | R\$ 11.763.000,00 |
|----------------------------|--------------------------|
| Operações de Crédito | R\$ 4.300.000,00 |
| Alienação de Bens | R\$ 300.000,00 |
| Transferências de Capital | R\$ 7.163.000,00 |



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



TOTAL DAS RECEITAS R\$ 530.638.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

| | |
|---------------------------|---------------------|
| RECEITAS CORRENTES | R\$ 3.300,00 |
| Receita de Serviços | R\$ 3.300,00 |

| | |
|----------------------------|-----------------|
| RECEITAS DE CAPITAL | R\$ 0,00 |
|----------------------------|-----------------|

TOTAL DA RECEITA R\$ 3.300,00

Art. 3º A DESPESA será realizada segundo a discriminação dos quadros PROGRAMA DE TRABALHO E NATUREZA DA DESPESA, que apresentam o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

| | | |
|----|-------------------------|---------------------------|
| 01 | LEGISLATIVO | R\$ 6.276.000,00 |
| 02 | JUDICIÁRIA | R\$ 14.120.000,00 |
| 04 | ADMINISTRAÇÃO | R\$ 42.361.000,00 |
| 06 | SEGURANÇA PÚBLICA | R\$ 23.272.000,00 |
| 08 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | R\$ 15.390.800,00 |
| 09 | PREVIDÊNCIA SOCIAL | R\$ 25.595.000,00 |
| 10 | SAÚDE | R\$ 132.023.100,00 |
| 12 | EDUCAÇÃO | R\$ 131.587.500,00 |
| 13 | CULTURA | R\$ 9.147.000,00 |
| 15 | URBANISMO | R\$ 33.292.100,00 |
| 16 | HABITAÇÃO | R\$ 364.000,00 |
| 17 | SANEAMENTO | R\$ 23.323.400,00 |
| 18 | GESTÃO AMBIENTAL | R\$ 4.602.000,00 |
| 22 | INDÚSTRIA | R\$ 1.956.000,00 |
| 25 | ENERGIA | R\$ 4.000.000,00 |
| 26 | TRANSPORTE | R\$ 12.436.100,00 |
| 27 | DESPORTO E LAZER | R\$ 7.417.000,00 |
| 28 | ENCARGOS ESPECIAIS | R\$ 5.869.000,00 |
| 99 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | R\$ 37.606.000,00 |
| | TOTAL | R\$ 530.638.000,00 |



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

| | | |
|--------------|------------|---------------------|
| 17 | SANEAMENTO | R\$ 3.300,00 |
| TOTAL | | R\$ 3.300,00 |

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR SUBFUNÇÕES

| | | |
|-----|--|-------------------|
| 031 | AÇÃO LEGISLATIVA | R\$ 6.276.000,00 |
| 061 | AÇÃO JUDICIÁRIA | R\$ 14.120.000,00 |
| 122 | ADMINISTRAÇÃO GERAL | R\$ 9.907.400,00 |
| 123 | ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA | R\$ 29.006.600,00 |
| 124 | CONTROLE INTERNO | R\$ 466.000,00 |
| 131 | COMUNICAÇÃO SOCIAL | R\$ 2.880.000,00 |
| 181 | POLICIAMENTO | R\$ 21.430.000,00 |
| 182 | DEFESA CIVIL | R\$ 1.842.000,00 |
| 241 | ASSISTÊNCIA AO IDOSO | R\$ 60.000,00 |
| 243 | ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE | R\$ 260.000,00 |
| 244 | ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | R\$ 15.171.800,00 |
| 272 | PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO | R\$ 25.595.000,00 |
| 301 | ATENÇÃO BÁSICA | R\$ 54.993.520,00 |
| 302 | ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | R\$ 75.980.220,00 |
| 304 | VIGILÂNCIA SANITÁRIA | R\$ 819.010,00 |
| 305 | VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | R\$ 230.350,00 |
| 306 | ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO | R\$ 6.200.000,00 |
| 361 | ENSINO FUNDAMENTAL | R\$ 64.185.250,00 |
| 362 | ENSINO MÉDIO | R\$ 1.500.000,00 |
| 364 | ENSINO SUPERIOR | R\$ 5.045.500,00 |
| 365 | ENSINO INFANTIL | R\$ 53.053.400,00 |
| 366 | EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | R\$ 930.650,00 |
| 367 | EDUCAÇÃO ESPECIAL | R\$ 672.700,00 |
| 392 | DIFUSÃO CULTURAL | R\$ 9.147.000,00 |
| 451 | INFRAESTRUTURA URBANA | R\$ 11.016.100,00 |
| 452 | SERVIÇOS URBANOS | R\$ 30.662.100,00 |
| 453 | TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS | R\$ 4.000.000,00 |
| 482 | HABITAÇÃO URBANA | R\$ 264.000,00 |
| 512 | SANEAMENTO BÁSICO URBANO | R\$ 23.323.400,00 |
| 541 | PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL | R\$ 4.602.000,00 |
| 661 | PROMOÇÃO INDUSTRIAL | R\$ 1.956.000,00 |



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



| | | |
|-----|--------------------------------|-------------------|
| 752 | ENERGIA ELETRICA | R\$ 4.150.000,00 |
| 812 | DESPORTO COMUNITÁRIO | R\$ 7.417.000,00 |
| 843 | ENCARGOS ESPECIAIS | R\$ 5.869.000,00 |
| 997 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS | R\$ 35.606.000,00 |
| 999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | R\$ 2.000.000,00 |

TOTAL DA DESPESA R\$ 530.638.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

POR SUBFUNÇÃO

| | | |
|-----|--------------------------|--------------|
| 512 | SANEAMENTO BÁSICO URBANO | R\$ 3.300,00 |
|-----|--------------------------|--------------|

| | | |
|-------------------------|--|---------------------|
| TOTAL DA DESPESA | | R\$ 3.300,00 |
|-------------------------|--|---------------------|

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR CATEGORIA ECONÔMICA

| | |
|-------------------------|--------------------|
| DESPESAS CORRENTES | R\$ 466.138.395,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | R\$ 26.893.605,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | R\$ 37.606.000,00 |

| | |
|-------------------------|---------------------------|
| TOTAL DA DESPESA | R\$ 530.638.000,00 |
|-------------------------|---------------------------|

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

POR CATEGORIA ECONÔMICA

| | |
|-------------------------|--------------|
| DESPESAS CORRENTES | R\$ 2.700,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | R\$ 600,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | R\$ - |

| | |
|-------------------------|---------------------|
| TOTAL DA DESPESA | R\$ 3.300,00 |
|-------------------------|---------------------|



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ADMINISTRAÇÃO DIRETA

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PODER LEGISLATIVO

| | | |
|-------------------------|------------------|-------------------------|
| 51 | CÂMARA MUNICIPAL | R\$ 6.276.000,00 |
| TOTAL DA DESPESA | | R\$ 6.276.000,00 |

PODER EXECUTIVO

| | | |
|-------------------------|---|---------------------------|
| 1 | SECRETARIA DE GABINETE | R\$ 5.776.000,00 |
| 2 | SECRETARIA DE GOVERNO | R\$ 7.112.400,00 |
| 3 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | R\$ 36.875.600,00 |
| 4 | CONTROLE INTERNO | R\$ 466.000,00 |
| 5 | SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS | R\$ 14.120.000,00 |
| 6 | SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | R\$ 15.390.800,00 |
| 7 | SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA | R\$ 12.436.100,00 |
| 8 | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL | R\$ 1.956.000,00 |
| 9 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | R\$ 131.587.500,00 |
| 10 | SECRETARIA DE JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER | R\$ 7.417.000,00 |
| 11 | SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE | R\$ 27.925.400,00 |
| 12 | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS | R\$ 34.812.100,00 |
| 13 | SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO | R\$ 2.844.000,00 |
| 14 | SECRETARIA DE SAÚDE | R\$ 132.023.100,00 |
| 15 | SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA | R\$ 9.147.000,00 |
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA | R\$ 23.272.000,00 |
| 71 | FUNDO ESPECIAL PREV SOCIAL SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS | R\$ 61.201.000,00 |
| TOTAL DA DESPESA | | R\$ 524.362.000,00 |

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|-------------------------|--------------------------|---------------------|
| 61 | SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO | R\$ 3.300,00 |
| TOTAL DA DESPESA | | R\$ 3.300,00 |



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Art. 4º O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

I – abrir no curso da execução orçamentária de 2022 créditos adicionais até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa total fixada por esta Lei, através de Decreto ou Ato da Mesa;

II – realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art. 43, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64;

III – realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

IV – incluir novos programas através da abertura de funcionais programáticas na Execução Orçamentária, desde que garantida à existência de recursos próprios ou de outras esferas de governo ou entes públicos da Federação;

V – contratar operações de crédito, junto às instituições financeiras, nos moldes da Resolução 043, de 21 de dezembro de 2001, com alterações trazidas pela Resolução 003, de 03 de abril de 2002, do Senado Federal.

VI – ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, respectivamente, por ato próprio, a realocar livremente os recursos orçamentários de dotações dentro da mesma natureza ou de uma natureza de despesa para outra, desde que não haja alteração na fonte de recurso, programa, atividade, projeto ou operação especial, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei.

Art. 5º As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022.

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 6º A RECEITA da autarquia será realizada mediante arrecadação dos serviços de água, esgoto, ligações e outros serviços, multas, rendas patrimoniais, alienações, transferências governamentais e repasses do Município, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo 2 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 7º A autarquia é autorizada a:

I – abrir no curso da execução orçamentária de 2022 créditos adicionais até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa total fixada por esta Lei, através de Decreto ou Ato da Mesa;

II – realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art. 43, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



III – realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

IV – incluir novos programas através da abertura de funcionais programáticas na Execução Orçamentária, desde que garantida à existência de recursos próprios ou de outras esferas de governo ou entes públicos da Federação;

V – contratar operações de crédito, junto às instituições financeiras, nos moldes da Resolução 043, de 21 de dezembro de 2001, com alterações trazidas pela Resolução 003, de 03 de abril de 2002, do Senado Federal.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Ficam convalidados na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2022 e na Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o exercício de 2022 a 2025, os valores das ações ora contemplados na presente lei.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 30 de novembro de 2021.


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente


VEREADOR SILVIO LUIZ TELLES DE MENEZES
Vice Presidente


VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ
Primeira Secretária


VEREADOR CRISTIANO JOSÉ CEGON
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.


Creusa Aparecida Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 01 de dezembro de 2021

Ofício PRE nº 0748/2021

Senhor Prefeito

Passamos às mãos de Vossa Excelência para sanção e promulgação, o autógrafo do *Projeto de Lei nº 075/2021, do Executivo Municipal que*, Estima a Receita e fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2022, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, em Única Discussão, em Sessão Extraordinária realizada em 30 de novembro corrente nesta Casa de Leis.

Atenciosamente.


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.